

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. | Resultados 2023

Cataguases, 12 de março de 2024 - A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Xingu”, “LXTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“LXTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE 85,04%	LXTE 83,34%	LTTE 100%
-----------------------	-----------------------	---------------------

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 23-24 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	162,5 ^(b)	16,8	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 23/24, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 8,6 milhões referente à REA nº 5.149/15.

2. Principais Diferenças - Societário x Regulatório

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	5,1	-	-	7,5	2,4	+ 207,9
Ganho na eficiência na implementação da Infraestrutura	(0,0)	-	-	(1,3)	-	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(0,4)	-	-	(0,4)	0,3	-
Receita de operação e manutenção	2,6	2,6	- 1,7	10,3	9,0	+ 14,6
Remuneração dos ativos de concessão	35,7	125,2	- 71,5	156,4	396,9	- 60,6
Outras receitas operacionais	5,3	1,5	+ 251,1	20,3	6,8	+ 200,6
Total da receita bruta	48,3	129,3	- 62,7	192,7	415,4	- 53,6
Deduções da receita	(6,3)	(12,7)	- 50,1	(24,6)	(43,2)	- 43,1
Receita operacional líquida	42,0	116,6	- 64,0	168,1	372,3	- 54,8
PMSO	(1,9)	(9,2)	- 78,9	(27,7)	(30,0)	- 7,7
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(0,9)	-	-	1,2	(22,3)	-
Custo de construção	(4,6)	(2,0)	+ 133,6	(5,6)	(6,9)	- 18,1
Amortização / Depreciação	(0,0)	(0,0)	- 88,6	(0,1)	(0,3)	- 77,2
Resultado financeiro	(14,2)	(15,4)	- 8,1	(66,2)	(69,2)	- 4,4
Contribuição social e imposto de renda	(4,6)	(30,8)	- 84,9	(19,3)	(82,9)	- 76,8
Lucro líquido	15,7	59,2	- 73,5	50,5	160,7	- 68,6
EBITDA	34,5	105,5	- 67,3	136,0	313,1	- 56,6
Margem EBITDA (%)	82,3	90,4	- 8,2 p.p.	80,9	84,1	- 3,2 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 42,0 milhões no 4T23, uma redução de 64,0% em comparação ao 4T22 ocasionada basicamente pela aplicação do reconhecimento da inflação mensal, que no 4T22, houve o reconhecimento retroativo referente aos meses de julho/22 e dezembro/22, com um impacto positivo de R\$ 72,3 milhões na receita de remuneração dos ativos de contrato.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 1,9 milhões no 4T23, uma queda de 78,9% na comparação com o 4T22 devido à menores gastos com limpeza de servidão, manutenção corretiva e custos operacionais (R\$ 7,1 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T23, a rubrica teve um aumento de R\$ 0,9 milhões que foi ocasionado pelas maiores despesas em melhorias da infraestrutura (R\$ 2,3 milhões), reduzidos em parte pelas alterações de prognóstico de contingências fiscais (R\$ 1,5 milhões).

Custo de construção: a linha de custo de construção alcançou R\$ 4,6 milhões, um aumento R\$ 2,6 milhões no 4T23 em comparação com o 4T22 em função dos gastos relacionados ao reforço de pequeno porte autorizado pela Aneel através do despacho 621/2023.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 34,5 milhões no 4T23, redução de R\$ 70,9 milhões acima do registrado no 4T22, devido aos eventos descritos acima.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido das receitas e despesas financeiras, reduziu 8,1%, alcançando R\$ 14,2 milhões no 4T23 na comparação com o 4T22, em função de (i) menor endividamento bruto relacionados aos pagamentos de principal e juros de empréstimos realizados no período e, (ii) pela variação da TJLP, indexador da dívida bruta da companhia.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 15,7 milhões no 4T23, redução de 73,5% na comparação entre 4T23 e 4T22 em virtude principalmente dos eventos mencionados na linha de Receita operacional líquida.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita anual permitida	49,5	47,2	4,9	197,3	177,8	11,0
Total da receita bruta	49,5	47,2	+ 4,9	197,3	177,8	+ 11,0
Deduções da receita	(6,5)	(5,1)	26,0	(25,0)	(21,2)	17,9
Receita operacional líquida	43,1	42,1	+ 2,4	172,3	156,6	+ 10,0
PMSO	(2,0)	(9,4)	- 79,3	(25,2)	(30,6)	- 17,5
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	1,5	-	-	3,5	(22,3)	-
Amortização / Depreciação	(11,9)	(11,8)	0,4	(47,5)	(48,0)	- 0,9
Resultado financeiro	(14,2)	(15,4)	- 8,1	(66,2)	(69,1)	- 4,3
Contribuição social e imposto de renda	(3,4)	3,1	-	(8,1)	7,9	-
Lucro líquido	13,2	8,5	+ 56,1	28,9	(5,4)	-
EBITDA	42,7	32,6	30,7	150,7	103,8	45,2
Margem EBITDA (%)	99,0	77,6	+ 21,5 p.p.	87,5	66,3	+ 21,2 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida: a receita líquida regulatória totalizou R\$ 43,1 milhões no 4T23, um aumento de 2,4% em comparação ao 4T22 ocasionado principalmente pelo reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) conforme Resolução Homologatória nº 3.216 da ANEEL.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 2,0 milhões no 4T23, uma queda de 79,3% na comparação com o 4T22 devido aos menores gastos com limpeza de servidão, manutenção corretiva e custos operacionais (R\$ 7,1 milhões).

Outros custos e despesas: No 4T23, a rubrica teve uma redução de R\$ 1,5 milhão ocasionada pelas alterações de prognóstico de contingências fiscais (R\$ 1,5 milhão).

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 42,7 milhões no 4T23, aumento de R\$ 10,0 milhões em relação ao EBITDA do 4T22, devido aos eventos descritos acima.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido das receitas e despesas financeiras, reduziram 8,1%, alcançando R\$ 1,3 milhão negativos no 4T23 na comparação com o 3T22, em função de (i) menor endividamento bruto relacionados aos pagamentos de principal e juros de empréstimos realizados no período e, (ii) pela variação da TJLP, é o indexador da dívida bruta da companhia.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de 13,2 milhões no 4T23, aumento de R\$ 4,7 milhões na comparação com o 4T22 em virtude dos eventos mencionados acima.

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 93,9 milhões em dezembro, frente aos R\$ 103,8 milhões registrados em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida foi de R\$ 686,7 milhões, contra R\$ 706,0 milhões em setembro de 2023.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	99,5	95,4	91,8
Empréstimos e financiamentos	16,2	16,2	16,2
Debêntures	82,7	78,5	75,0
Encargos de dívidas	0,7	0,7	0,6
Não Circulante	681,1	714,4	708,6
Empréstimos e financiamentos	110,4	114,4	118,5
Debêntures	570,7	600,0	590,1
Total das dívidas	780,6	809,8	800,3
(-) Disponibilidades financeiras:	93,9	103,8	77,4
Total das dívidas líquidas	686,7	706,0	722,9

4. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2024, aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$ 21.813.748,88, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º da Lei 6.404/76.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	7.772	6.480
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	24.035	14.227
Concessionárias e permissionárias	6	25.089	21.258
Tributos a recuperar	7	12.331	5.380
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	10	180.557	173.172
Despesas pagas antecipadamente		2.535	1.235
Outros créditos		5.397	4.232
Total do circulante		257.716	225.984
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	62.093	61.920
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	10	2.072.032	2.084.063
Depósitos judiciais	15	274	46
Outros créditos		-	6.295
		2.134.399	2.152.324
Imobilizado		363	-
Intangível		1.487	57
Total do não circulante		2.136.249	2.152.381
Total do ativo		2.393.965	2.378.365
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores	11	8.272	4.143
Encargos de dívidas	12	671	796
Empréstimos e financiamentos	12	16.154	16.153
Debêntures	13	82.668	76.132
Dividendos e Juros sobre capital próprio		85.438	76.347
Impostos e contribuições sociais	14	5.676	9.546
Participações de empregados e administradores		291	-
Partes relacionadas	8	-	10
Encargos setoriais		1.988	1.899
Obrigações estimadas		51	-
Outras contas a pagar		3.970	4.741
Total do circulante		205.179	189.767
Não circulante			
Fornecedores	11	3.197	-
Empréstimos e financiamentos	12	110.382	126.536
Debêntures	13	570.684	604.343
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	15	65.043	65.194
Encargos setoriais		618	-
Impostos e contribuições sociais	14	208.364	208.790
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	316.917	299.225
Outras contas a pagar		462	59
Total do não circulante		1.275.667	1.304.147
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	632.529	632.529
Reservas de capital		52.227	52.227
Reservas de lucros	16.2, 16.4 e 16.5	54.467	25.799
Reserva especial de dividendos	16.3	173.896	173.896
Total do patrimônio líquido		913.119	884.451
Total do passivo e patrimônio líquido		2.393.965	2.378.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3 Demonstrações de resultados

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	17	156.361	369.521
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	17	11.764	2.733
Receita operacional líquida	17	168.125	372.254
Custos de operação	18	(20.932)	(19.472)
Lucro bruto		147.193	352.782
Despesas gerais e administrativas	18	(11.295)	(39.976)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		135.898	312.806
Receita Financeira	20	8.381	11.536
Despesa Financeira	20	(74.538)	(80.722)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(66.157)	(69.186)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		69.741	243.620
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(1.567)	(1.494)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	(17.692)	(81.395)
Lucro líquido do exercício		50.482	160.731
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$		0,08	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

		2023	2022
Lucro líquido do exercício	21	50.482	160.731
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		50.482	160.731

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de lucros			Reserva especial de Dividendos	Lucros Acumulados	Total
			Reserva de lucro - orçamento de apital	Reservas de lucro - Reserva Legal	Incentivo fiscal (imposto de renda)			
Saldos 31 de dezembro de 2021	632.529	52.751	-	17.762	-	189.402	-	892.444
Dividendos	-	-	-	-	-	(91.853)	-	(91.853)
Programa de remuneração variável- ILP	-	(524)	-	-	-	-	-	(524)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	160.731	160.731
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	16.2	-	-	8.037	-	-	(8.037)	-
Dividendos	16.6	-	-	-	-	-	(76.347)	(76.347)
Reserva especial de dividendos	16.3	-	-	-	-	76.347	(76.347)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	632.529	52.227	-	25.799	-	173.896	-	884.451
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	50.482	50.482
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	16.2	-	-	2.524	-	-	(2.524)	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	16.5	-	-	-	4.330	-	(4.330)	-
Dividendos	16.6	-	-	-	-	-	(21.814)	(21.814)
Reserva de lucros - orçamento de capital	16.4	-	21.814	-	-	-	(21.814)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	632.529	52.227	21.814	28.323	4.330	173.896	-	913.119

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas	17		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços		189.975	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	406.239
Receita de construção da infraestrutura		2.715	2.433
Outras receitas		-	6.766
		192.690	415.438
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(18.705)	(26.581)
Outros custos operacionais		(8.748)	(20.859)
		(27.453)	(47.440)
Valor adicionado bruto		165.237	367.998
Depreciação e amortização		(62)	(272)
Valor adicionado líquido		165.175	367.726
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		8.790	11536
Valor adicionado a distribuir		173.965	379.262
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		2.187	6.069
Benefícios		361	1.994
FGTS		244	679
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		38.580	122.333
Obrigações Intra-setoriais		6.736	5.446
Estaduais		92	704
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		74.539	80.722
Aluguéis		744	584
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal		2.524	8.037
Dividendos		21.814	76.347
Reserva especial de dividendos		-	76.347
Reserva de incentivo fiscal		4.330	-
Reserva de lucros - orçamento de capital		21.814	-
		173.965	379.262

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	21	50.482	160.731
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	19.259	82.889
Pis e Cofins diferido	14	14.998	21.979
Despesas (receita) com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	12, 13, 15 e 4.2	64.741	74.249
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	(156.361)	(396.945)
Margem de Construção e receita de infraestrutura	17	1.765	(11.729)
Amortização e depreciação		62	272
Receita de construção da infraestrutura		2.388	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	15	(3.578)	22.279
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de concessionárias e permissionárias	6 e 10	162.902	166.806
(Aumento) de tributos a recuperar	7	(6.951)	(3.455)
(Aumento) diminuição de despesas antecipadas		(1.300)	445
(Aumento) diminuição de depósitos judiciais		(228)	546
(Aumento) de outros créditos		(18.456)	(7.351)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (Diminuição) de fornecedores	11	6.107	(14.435)
Obrigações estimadas		51	-
(diminuição) aumento de impostos e contribuições sociais	14 e 16.2	(17.672)	5.198
Aumento de Encargos do Consumidor		724	850
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.189)	-
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(100)	-
Aumento de outras contas a pagar		23.481	456
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		139.125	102.785
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	(2.081)	(31.026)
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia		(9.879)	-
Aplicações no imobilizado e intangível		(636)	-
Alienação de bens do ativo imobilizado		-	654
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos		(12.596)	(30.372)
Atividades de financiamento			
Pagamento dividendos	16.4	(12.723)	(15.977)
Pagamento de empréstimos - principal	12 e 13	(87.968)	(77.417)
Pagamento de empréstimos - juros	12 e 13	(24.546)	(18.192)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(125.237)	(111.586)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		1.292	(39.173)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	6.480	45.653
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	7.772	6.480
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		1.292	(39.173)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023 (Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	168.125			372.254		
Resultado operacional (RO)	135.898			312.806		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.075			6.491		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	52	2,51%	0,03%	524	8,07%	0,14%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	1.705	26,27%	0,46%
Previdência privada	59	2,84%	0,04%	19	0,29%	0,01%
Saúde	-	0,00%	0,00%	881	13,57%	0,24%
Segurança e saúde no trabalho	312	15,04%	0,19%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	55	0,85%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	14	0,67%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	293	14,12%	0,17%	-	0,00%	0,00%
Outros	21	1,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	751	36,19%	0,45%	3.184	49,05%	0,86%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	25	0,02%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	25	0,02%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	38.672	28,46%	23,00%	121.332	38,79%	32,59%
Total - Indicadores sociais externos	38.697	28,48%	23,01%	121.332	38,79%	32,59%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.774	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	1,31%	1,06%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.774	1,31%	1,06%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	15			23		
Nº de admissões durante o período	7			5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	6			-		
Nº de estagiários(as)	-			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2			4		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	6			11		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			4,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	6			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	10,6%			10,6%		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 173.965			Em 2022: 379.262		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26% governo 14% acionistas 2% colaboradores(as) 43% terceiros 15% retido			34% governo 20% acionistas 2% colaboradores(as) 21% terceiros 23% retido		
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais	-			-		
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.466			214		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.466			214		

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008, a Isolux Ingenieria S/A (ex-controladora da Gemini Energy S/A) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº23.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão de serviço público (Ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 15 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; e
- IV. Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem

o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício;

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;
- d. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 24/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração, base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários, e em contrapartida, recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. Porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis), geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% a 11% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase da obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto, obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção;

- e. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado, a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- f. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- g. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão;
 - **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% a 11% ao ano;
 - **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase de conclusão ou revisão positiva da RAP, considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
 - **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
- h. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- i. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras.

4. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos, frequentemente, pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída por Certificado de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas. Não houve rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 (99,3% do CDI em 2022).

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	7.772	140
Aplicações financeiras de liquidez imediata: ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	5.882
Operações compromissadas	-	458
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	7.772	6.480

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 99,3% do CDI (98,5% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos	-	14.227
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	371	-
Operações compromissadas	4.131	-
Fundo de Renda Fixa	13.928	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.593	-
Letra Financeira (LF)	4.012	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	45.283	45.120
Recursos vinculados	16.810	16.800
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽²⁾	86.128	76.147
Circulante	24.035	14.227
Não Circulante	62.093	61.920

⁽¹⁾ Inclui aplicações em CCB, operações compromissadas, Fundo de Renda Fixa, LFT, LF, CDB e recursos vinculados, são remuneradas 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata;

⁽²⁾ Inclui R\$62.093 (R\$61.920 em 2022) referente a garantias de empréstimos.

6. Concessionárias e permissionárias

	2023	2022
Concessionárias e permissionárias	24.920	21.110
Contas a receber com partes relacionadas	169	148
Total - circulante	25.089	21.258

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	10.985	3.906
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.310	871
Contribuições ao PIS e à COFINS	11	-
Outros	25	603
Total - circulante	12.331	5.380

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (83,34% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que por meio das participações nas sociedades, Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN) possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
· Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A	EPN	Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A	EPTA	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia X S/A	ETE X	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia

	Sigla	Ramo de atividade
· Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica de Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de Compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar	Saldo a receber ⁽¹⁾
ESOL ⁽²⁾	(3.407)	-	-	-
ESA ⁽³⁾	(2.877)	-	(1.305)	-
ESS	-	746	-	23
ETO	-	419	-	13
EMT	-	1.621	-	49
ESE	-	425	-	14
EMS	-	1.068	-	32
EPB	-	879	-	25
EMR	-	127	-	-
ERO	-	441	-	13
EAC	-	90	-	-
2023	(6.284)	5.816	(1.305)	169
2022	-	3.159	-	148

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição;

(2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção;

(3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da Administração da Companhia.

	2022
Remuneração da Diretoria	2.279
Outros Benefícios ⁽¹⁾	980

⁽¹⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, plano de saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2022, foram de R\$ 1.457 e R\$237. A remuneração média no exercício findo em dezembro de 2022 foi de R\$847.

9. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Prejuízos fiscais	10.862	12.728
Base negativa da contribuição social	3.910	4.582
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	13.048	11.279
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	4.697	4.061
Total - ativo não circulante	32.517	32.650
Passivo		
Imposto de Renda	(256.937)	(244.026)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(92.497)	(87.849)
Total - passivo não circulante	(349.434)	(331.875)
Total líquido - passivo não circulante	(316.917)	(299.225)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Prejuízos fiscais	43.447	10.862	50.911	12.728
Base Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	43.447	3.910	50.911	4.582
Provisões para riscos cível, trabalhista e fiscal	42.440	14.430	42.590	14.481
Outras provisões (honorários e outras)	9.750	3.315	2.529	859
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.027.749)	(349.434)	(976.104)	(331.875)
Total - passivo não circulante	(888.665)	(316.917)	(829.163)	(299.225)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	2.700
2025	7.016
2026	6.812
2027	4.487
2028	1.889
2029 a 2030	3.938
2031 a 2033	5.675
Total	32.517

Em 2023 e 2022, a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, podem ser assim demonstradas:

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	69.741	243.620
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(23.712)	(82.831)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	4.330	-
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	185	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(62)	(58)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(19.259)	(82.889)
Alíquota efetiva	27,62%	34,02%

⁽¹⁾ A Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, através do Laudo Constitutivo nº 0204/2018, reconhecido pelo ADE RFB 134/2019;

⁽²⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3° Banco de autotransformadores 500/230 kV
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	6,48%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 11%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	5.596
RAP anual	162.506

(1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2023	2022
Saldos iniciais	2.257.235	2.019.627
Receita de remuneração do ativo de contrato	156.361	396.945
Receita das margens da obrigação de performance de construção	130	329
Receita de operação e manutenção	10.276	8.967
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(1.895)	-
Receita de construção da infraestrutura	7.491	2.433
Recebimento RAP ⁽¹⁾	(177.009)	(171.066)
Saldo Final	2.252.589	2.257.235
Circulante	180.557	173.172
Não Circulante	2.072.032	2.084.063

(1) A resolução homologatória da ANEEL, nº 3.216 de 4 de julho de 2023, estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2023-2024, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,93%.

11. Fornecedores

	2023	2022
Materiais	1.702	205
Serviços	9.767	3.938
Total	11.469	4.143
Circulante	8.272	4.143
Não Circulante	3.197	-

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação do empréstimo, financiamento e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldo em 2023
Mensurados ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado	143.485	(16.154)	(10.552)	10.428	127.207
Total do custo amortizado	143.485	(16.154)	(10.552)	10.428	127.207
Circulante	16.949				16.825
Não circulante	126.536				110.382

	Saldo em 2021	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldo em 2022
Mensurados ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado	156.067	(11.867)	(12.438)	11.723	143.485
Total do custo amortizado	156.067	(11.867)	(12.438)	11.723	143.485
Circulante	13.378				16.949
Não circulante	142.689				126.536

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros	Vencimento	Periodicidade de Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	2023	2022					
BASA - CCB 007-10/0061-5 ⁽²⁾	127.207	143.485	8,5% a.a.	out/31	A partir de mar/15 a.m.	7,41%	R + S
Total em Moeda Nacional	127.207	143.485					

⁽¹⁾ **Garantias:** CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados, no montante de R\$16.810 (R\$16.800 em 2022).

R = Recebíveis e S = Seguro

⁽²⁾ **Condições de covenants** - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requer a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2023, as demais exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2024	16.154
2025	16.154
2026	16.154
2027	16.154
Após 2027	45.766
Total	110.382

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós-fixado					
IPCA	151.201	(1.489)	(8.646)	15.435	156.501
TJLP	542.198	(70.325)	(5.348)	41.848	508.373
(-) Custo com captação	(12.924)	-	-	1.402	(11.522)
Total do custo amortizado	680.475	(71.814)	(13.994)	58.685	653.352
Circulante	76.132				82.668
Não circulante	604.343				570.684

	Saldos em 2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós- fixado					
IPCA	135.087	-	-	16.114	151.201
TJLP	570.778	(65.550)	(5.754)	42.724	542.198
(-) Custo com captação	(14.302)	-	-	1.378	(12.924)
Total do custo amortizado	691.563	(65.550)	(5.754)	60.216	680.475
Circulante	64.487				76.132
Não circulante	627.076				604.343

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	2023	2022							
Debêntures 1ª Emissão ⁽²⁾	508.373	542.198	27/01/2012	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1,00% a.a.	out/30	A partir de abr/15 semestral	5,21%	R + S + B
Debêntures 2ª Emissão	156.501	151.201	29/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5,83% a.a.	out/36	A partir de abr/23 anual	7,84%	R + A
(-) Custos de captação	(11.522)	(12.924)							
Total	653.352	680.475							

⁽¹⁾ A = Cessão fiduciária do contrato de Fibra Óptica da TIM e Aval de 100% pela Gemini Energy, Cessão fiduciária subordinadas ao FDA e FNO (Sobejo).

B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

R = Recebíveis

S = Seguro

⁽²⁾ As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração. Em 31 de dezembro de 2023, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Menor ou igual a 1,2x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos:

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2024	83.237
2025	83.237
2026	83.237
2027	83.237
Após 2027	237.736
Total	570.684

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2023	2022
TJLP	7,05%	6,78%
IPCA	4,62%	5,78%

14. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Contribuições ao PIS e à COFINS ⁽¹⁾	210.373	210.257
Encargos Sociais	25	230
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	528	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	216	87
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	119	-
Impostos e Contribuições Retidos	2.778	109
IOF a recolher	-	7.653
Total	214.040	218.336
Circulante	5.676	9.546
Não circulante	208.364	208.790

⁽¹⁾ PIS e COFINS corrente e diferido reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, fiscal, ambiental e regulatória.

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos, e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	3.083	1.178	39.426	21.507	65.194	36.987
Constituições de provisões	-	-	-	21.576	21.576	40.717
Reversões de provisões ⁽¹⁾	(994)	(1.205)	(22.956)	-	(25.155)	(18.438)
Pagamentos realizados	(38)	-	(62)	-	(100)	-
Atualização monetária	95	27	1.918	1.488	3.528	5.928
Saldo em 2023 e 2022	2.146	-	18.326	44.571	65.043	65.194

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, no montante de R\$274 (R\$46 em 2022), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

(1) Em 30 de junho de 2022, a Companhia obteve êxito nas ações do auto de infração IBAMA, em que decisão recente reconheceu a prescrição cancelando o auto, o que possibilitou a reversão da provisão constituída.

Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

As ações tributárias envolvem discussões sobre débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão e créditos do saldo negativo de IRPJ decorrentes do IRRF durante o ano calendário 2011.

Ambiental

Os processos estão relacionados ao descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

Principal processo:

Ação ambiental 5051902-68.2019.4.02.5101 no montante de R\$44.386, proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental. Em 2023, o processo teve seu valor majorado em R\$21.576, após avaliação de risco realizada pelos consultores jurídicos, após decisões proferidas.

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Cível	Fiscal	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	575	39.277	39.852	114.431
Mudança de prognóstico e valor pedido	-	702	702	(56.029)
Encerramento de processos	(70)	-	(70)	(24.989)
Atualização monetária	22	4.790	4.812	6.439
Saldo em 2023 e 2022	527	44.769	45.296	39.852

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se em sua grande maioria, a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

Tipo de Ação	Nº Processo/Ação	Objeto	2023	2022
Execução Fiscal	0001307-30.2019.8.14.0075	Ajuizada em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da Companhia é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	44.769	39.277

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$632.529 (R\$632.529 em 2022) representando 632.529.094 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S/A	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	105.409.094
	632.529.094

16.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.3 Reserva Especial de dividendos

Em 2023, o saldo de reserva é de R\$173.896 (R\$173.896 em 2022), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 11 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$21.814, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva de lucros - orçamentos de capital

Em 2023, o montante de reservas de lucros é de R\$21.814, que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

16.5 Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 - Ato Declaratório Executivo nº 134 - DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou R\$4.330 de redução de imposto de renda e adicionais.

16.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	50.482	160.731
Reserva legal - 5%	(2.524)	(8.037)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(4.330)	-
Lucro líquido ajustado	43.628	152.694
Dividendos obrigatórios (50%)	21.814	76.347
Reserva especial de dividendos	-	76.347
Total dos dividendos	21.814	152.694
% sobre o lucro líquido ajustado	50%	100%

Em 26 de junho de 2023, ocorreu o pagamento de dividendos de R\$12.723 (R\$15.307, em 10 de junho de 2022), ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e a compensação de R\$76.546, em 2022, do saldo de partes relacionadas com a Gemini Energy S/A, com base na reserva especial de dividendos.

17. Receita operacional

Descrição	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura	7.491	2.433
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(1.895)	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	130	329
Receita de operação e manutenção	10.276	8.967
Receita de remuneração do ativo de contrato	156.361	396.945
Outras receitas	20.327	6.762
Total de receita operacional bruta	192.690	415.436
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(3.256)	(2.811)
PIS diferido	76	(3.921)
COFINS corrente	(14.998)	(12.948)
COFINS diferido	349	(18.058)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(6.166)	(1.340)
Taxa de fiscalização	(570)	(4.104)
Dedução da receita	(24.565)	(43.182)
Receita operacional líquida	168.125	372.254

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço de operação	Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Pessoal e administradores	1.350	1.866	3.216	10.071
Entidade de previdência privada	26	8	34	19
Material	2.122	75	2.197	412
Serviços de terceiros	8.144	8.963	17.107	17.854
Custo de construção	5.632	-	5.632	6.874
Provisões para riscos cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais	-	(3.578)	(3.578)	(18.438)
Depreciação e amortização	57	5	62	272
Outras	3.601	3.956	7.557	42.384
	20.932	11.295	32.227	59.448

19. Receitas e Despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	7.900	8.076
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(409)	-
Outras receitas financeiras	890	3.460
Total receitas financeiras	8.381	11.536
Despesas Financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(25.920)	(71.939)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(43.193)	-
Atualização de contingências	(3.528)	(5.928)
Despesas com IOF	(958)	(173)
Outras despesas financeiras	(939)	(2.682)
Total despesas financeiras	(74.538)	(80.722)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(66.157)	(69.186)

20. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício	50.482	160.731
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	632.529	632.529
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,08	0,2541

⁽¹⁾ A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são revisadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Auto Frota	23/10/2024	Até 1.110/veículo	-	4
Responsabilidade civil geral	13/06/2024	30.000	17	19
Riscos operacionais	13/06/2024	120.000	1.083	1.711
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	1.917	6	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores(D&O)	05/03/2024	75.000	2	-
Transporte nacional	04/04/2024	Até 5.000/viagem	1	-
Instrumentos	11/05/2023	1.798	-	88
			1.109	1.822

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		25.089	25.089	21.258	21.258
Caixa e equivalentes de caixa		7.772	7.772	6.480	6.480
		32.861	32.861	27.738	27.738
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	86.128	86.128	76.147	76.147
		86.128	86.128	76.147	76.147
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		11.469	11.469	4.143	4.413
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		780.559	781.529	823.960	826.256
		792.028	792.998	828.103	830.669

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria

tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	780.559	823.960
Caixa e equivalentes de caixa	(7.772)	(6.480)
Dívida líquida	772.787	817.480
Patrimônio líquido	913.119	884.451
Índice de endividamento líquido	0,85	0,92

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e 13.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		8.272	-	-		3.197	11.469
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,49%	62.915	53.907	252.249	264.452	527.139	1.160.662
Total		71.187	53.907	252.249	264.452	530.336	1.172.131

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP, vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT, é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo

de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2023	2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.772	6.480
Concessionárias e permissionárias	6	25.089	21.258
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	86.128	76.147

c) Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12, são compostos de financiamentos obtidos junto a instituições através de emissões no mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

- Variação das taxas de juros

Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2023 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	86.128	Alta CDI	7.752	9.690	11.628
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(508.373)	Alta TJLP	(33.298)	(41.623)	(49.947)
	(156.503)	Alta IPCA	(7.230)	(9.038)	(10.845)
Subtotal ⁽²⁾	(664.876)		(40.528)	(50.661)	(60.792)
Total - perdas ⁽²⁾	(578.748)		(32.776)	(40.971)	(49.164)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, TJLP 6,55% e IPCA 4,62% ambos ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$127.207.

23. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que, os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - o objetivo geral do programa é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão em 500 kV Tucuruí-Xingu-Jurupari;

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas, que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo, bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos;

3. Gestão de Resíduos Sólidos - ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, e tem por objetivos, reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento;

4. Programa de Comunicação Social - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Trecho	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento (*)
LXTE	Tucuruí - Xingu; Xingu - Jurupari; SE Jurupari	LO 1162/2013	12/06/2013	12/06/2018

(*) Licença válida - renovação tácita.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os investimentos em meio ambiente foram de R\$1.774.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

24. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração do plano previdenciário é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins

lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Plano de benefício patrocinado pela Companhia no exercício de 2023:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio desse plano foi de R\$34 (R\$19 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora LXTE está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2023	2022
Ativos	8	16
Benefício Proporcional Diferido - BPD	1	-
Total	9	16

25. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	156.361	-
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(1.765)	-
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	1.219	-
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	1.219	-
Atividades de financiamento		
Dividendos a pagar	-	(75.876)
Partes relacionadas	-	75.876

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de março de 2024.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC - RJ 107310-O “S” MG

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de março de 2024.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC - RJ 107310-O “S” MG

Conselho de Administração

Ricardo Perez Botelho
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Conselheiro

Gioreli de Sousa Filho
Conselheiro

Daniele Araújo Salomão Castelo
Conselheiro

Jorge Frota Pereira Júnior
Conselheiro

Antonio Carlos de Andrada Tovar
Suplente

Tulio Luis Mauro Barata
Conselheiro

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Fernando Cezar Maia
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC - RJ 107310-O "S" MG

Linhas de Xingu

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto descrito a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 10 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria relacionados à mensuração do ativo contratual, consideramos que os critérios de mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3 e nº 10 às demonstrações financeiras são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4